

BALANÇO DA CAMPANHA ELEITORAL

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NO COMÍCIO DO PCP EM LISBOA (CAMPO PEQUENO) 5 DE MAIO DE 1976 (EXTRACTOS)



POR UMA MAIORIA DE ESQUERDA POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

1 COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

A reacção interna e externa esperava que a liquidação das liberdades em vastas regiões, a campanha anticomunista e o terrorismo, reduzissem a força e o papel do PCP. As forças reaccionárias prediziam o colapso do nosso Partido e certos dirigentes foram prometer aos Estados Unidos que o PCP baixaria para metade dos votos e não iria além de 6%.

Os trabalhadores e o povo português não se deixaram porém enganar nem intimidar e o nosso glorioso Partido sai consideravelmente reforçado destas eleições, confirmando que os trabalhadores e amplas massas populares compreendem que a actividade do PCP é de capital importância para a defesa e a construção da democracia.

Em três aspectos fundamentais se traduz o reforço do Partido.

O primeiro é o aumento do número de votos, da sua percentagem e do número de deputados comunistas eleitos.

Todos temos presentes os ataques feitos ao PCP e os elogios que os actuais meios de comunicação pluralista fazem à política governamental do PS e do PPD. Mas as eleições revelaram, que, dos três partidos que tem membros seus no governo, apenas o PCP aumentou o número de votos e deputados.

Numas eleições em que o número de votantes baixou de 287 000 apesar do aumento de número de inscritos, enquanto o PPD diminui 202 000 votos o PS diminui 264 000 votos, o PCP, atacado de todos os lados, recebeu através do voto, a expressão da confiança de mais 78 000 portugueses e portuguesas do que aqueles que haviam votado PCP nas eleições para a Constituinte.

Enquanto o PS e o PPD perdiam, cada qual, 9 lugares na Assembleia da República em comparação com a Constituinte, o PCP passava de 30 para 40 o número dos seus candidatos eleitos.

As eleições mostram sem sombra de dúvida a crescente confiança do povo português na orientação e na actividade do Partido Comunista Português.

O número de candidatos eleitos seria ainda maior, se não fosse ter-se verificado de novo a dispersão de votos da esquerda numa série de partidos sem possibilidade de elegerem os seus deputados.

Cerca de 170 000 votos de diversos sectores da esquerda foram divididos por diversos partidos, não conseguindo fazer eleger nenhum candidato. Bem orientados e unidos, esses votos poderiam ter dado pelo menos mais 10 deputados da esquerda na Assembleia da República.

Também nas eleições se mostrou que a divisão das forças de esquerda só à reacção pode aproveitar.

O segundo aspecto fundamental do reforço do Partido nestas eleições é a votação maciça nos candidatos comunistas nas zonas da Reforma Agrária. Embaladas pelas próprias calúnias e acusações contra os comunistas e contra a Reforma Agrária, as forças reaccionárias esperavam uma forte quebra da votação do PCP. Não foram só os agrários que o proclamavam. Nem só o ELP e o MDLP. Nem só a CAP, organização dos grandes agrários expropriados. Alguns dirigentes políticos chegaram ao ponto de dizer que tantos eram os erros do PCP no Alentejo que se aproximava o dia em que o povo alentejano se levantaria contra os comunistas.

Que se viu afinal? Enquanto o PS perdeu 30 000 votos nos distritos de Beja, Évora, e Portalegre, o PCP aumentou os votos e as percentagens nos três distritos, alcançando nos de Évora e Beja respectivamente as elevadíssimas percentagens de 43 e 44% do total de votos.

Se acrescentarmos as percentagens de 44 a 51% do total de votos alcançados pelo PCP nos concelhos rurais alentejanos do Distrito de Setúbal e as altas percentagens de 25 a 60% alcançadas pelo PCP nos concelhos do latifúndio do Distrito de Santarém tem de considerar-se esta votação maciça no PCP como uma extraordinária vitória política, como uma afirmação da determinação das massas trabalhadoras alentejanas e ribatejanas de defenderem e prosseguirem firmemente a Reforma Agrária, tendo à sua frente o seu Partido, o grande Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores - o Partido Comunista Português.

Antes das eleições numerosas vezes

os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores haviam defendido corajosamente as cooperativas e herdades colectivas contra as agressões e assaltos dos agrários e dos bandos fascistas. A votação maciça do Alentejo no PCP constitui uma nova grande e vitoriosa acção em defesa da Reforma Agrária.

Votação maciça no PCP é a afirmação de que a Reforma Agrária irá para diante até à sua realização completa.

O terceiro aspecto fundamental do reforço do Partido nestas eleições é o aumento dos votos nos centros industriais.

As grandes votações e as elevadas percentagens de votos no PCP nos centros industriais confirmam o PCP como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, gozando de crescente prestígio, autoridade e apoio.

No Distrito de Setúbal, onde já existiam fortes posições, o aumento é apesar disso espectacular. Enquanto o PS perde quase 30 000 votos no distrito, o PCP aumenta quase 20 000, colocando-se à frente de todos os partidos.

No total do distrito, em cada 100 eleitores 45 votaram PCP. Em quatro concelhos mais de metade de todo o eleitorado votou no PCP. Trata-se de uma grande vitória regional dos trabalhadores e do seu partido.

Também na cintura da capital, na cidade de Lisboa, na Marinha Grande, em Peniche, em Coimbra, na Covilhã, na cidade e no Distrito do Porto, nos distritos de Aveiro e de Braga, em Viana do Castelo, se registaram progressos, mostrando alguns que, também no Centro e no Norte em zonas dominadas pela reacção o povo desperta e começa a ver claramente quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos.

O reforço das posições do PCP foi saudado por todos os democratas e progressistas como um facto de extrema importância para a defesa da democracia. A defesa e manutenção da democracia em Portugal não podem ser levadas a cabo com sucesso e sem a actuação viva, dinâmica e vigorosa do PCP. Democratas das mais variadas tendências saudam o sucesso do PCP porque o reforço do PCP é do interesse não apenas dos comunistas, mas de todos os antifascistas, de todos os democratas, de todo o processo democrático.

A democracia em Portugal não pode ser defendida e construída sem a participação activa do PCP em todos os aspectos da vida social e política, incluindo nos órgãos do Poder, designadamente na Assembleia da República e no Governo.

Se o PCP tivesse saído enfraquecido das eleições, seria formada inevitavelmente uma maioria de direita na Assembleia da República, com ou sem o PS.

Com o reforço do PCP estão criadas as condições para a constituição duma maioria de esquerda e dum governo de esquerda que só podem efectivar-se com a cooperação e participação do PCP.

2

NÃO A UM GOVERNO EXCLUSIVO DO PS

Antes das eleições, os dirigentes do PS declararam numerosas vezes que formariam um governo apenas com o PS, sem alianças com qualquer outro partido.

Para tal projecto fundamentavam-se na esperança de aumentarem os votos, o que lhes poderia dar a maioria de deputados na Assembleia da República.

Não foi uma vez, mas muitas vezes, que o secretário-geral do PS e outros dirigentes socialistas repetiram que o PS subiria de 38 para 40 ou 42% dos votos.

O PCP pela sua parte muitas vezes sublinhou: primeiro, que nenhum partido viria a alcançar a maioria dos lugares na Assembleia e que por isso qualquer maioria viria a pressupor uma aliança entre partidos; segundo, que derrotados os partidos da direita reaccionária (CDS, PPD), a única maioria de esquerda possível viria a ser do PS com o PCP. Repetidas vezes o PCP insistiu em que não haveria qualquer outra alternativa e muitas vezes convidámos o PS a definir, antes das eleições, que aliança se propunha realizar após as eleições.

Os factos confirmaram inteiramente as nossas previsões. O PS não alcançou a maioria tendo 106 deputados no total de 263, faltam-lhe precisamente 26 votos na Assembleia.

Os resultados das eleições desfizeram assim a ambição de um governo unipartidário do PS. Se os dirigentes do PS, como dizem, aceitam e respeitam aquilo a que chamam as «regras do jogo» democrático, não têm outra coisa a fazer se não aceitarem o resultado das eleições, aceitarem o facto de não terem a maioria e aceitarem a realidade de não poderem governar sozinhos.

O CDS e o PPD foram derrotados e não poderão formar governo, porque estão em minoria na Assembleia. O PS tem a situação vantajosa de que é o partido mais votado e de que a sua participação é indispensável para a formação do governo. Mas, como não pode formá-lo sozinho, tem de escolher e escolher claramente: ou, contrariando e violando o sentido da votação popular, se alia directamente à direita, seja formando um governo de coligação com o PPD e o CDS ou com um dos dois, seja obtendo o seu apoio; ou, compreendendo e respeitando o sentido do voto popular, procura a aliança à esquerda, o que significa com o PCP.

Há é certo quem sugira um tipo de

governo PS dançando entre o PPD e o PCP, obtendo na Assembleia da República os votos de um e de outro conforme a matéria em causa.

Seria um sistema original que, conforme temos dito, conseguiria fazer aprovar as leis número par por uma maioria PS-PPD-CDS e as leis número impar por uma maioria PS-PCP.

Aqui dizemos que não entendemos política como equilibrismo e que o PCP não facilitará de forma alguma uma tal solução que conduziria a uma indefinição política permanente fazendo o jogo da reacção.

De há algum tempo, destacados políticos socialistas e não socialistas têm adiantado uma outra perspectiva. O PS sozinho formaria governo e o PCP apoiá-lo-ia na Assembleia da República, ou pelo menos não rejeitaria o seu programa, condição para que o governo fosse formado e pudesse governar.

Apesar de muitas vezes termos esclarecido a nossa posição, parece haver quem continue iludido. É necessário por isso aqui insistir uma vez mais que isso não acontecerá, que o PCP não será suporte passivo do PS para o PS realizar a sua política. O PCP é um partido com a sua própria política. Tem um amplo apoio popular. Tem a confiança da classe operária.

Estamos prontos a dialogar, a discutir, a chegar a acordo com o PS, além do mais porque uma maioria PS-PCP é a única maioria democrática possível como resultado das eleições. Mas o PCP não é nem será uma muleta do PS ou de qualquer outro partido.

Ao insistirem na necessidade de que o PCP apoie um governo do PS, alguns dirigentes do PS, assim como outros sectores políticos adiantam alguns argumentos. Mas nenhum deles é de aceitar.

Como primeiro argumento dizem que, **se o PCP votar contra um governo PS, o PCP fará uma aliança com o CDS e o PPD.**

Isto não é argumento. Não podemos acreditar que que o PS venha a apresentar um governo seu à Assembleia da República sem saber se tem a maioria assegurada, pelo voto favorável ou pela abstenção.

O PS não se pode furtar eternamente à responsabilidade de definir o seu sistema de alianças. Aproxima-se o momento de escolher alianças, ou à direita contra o voto e a esperança popular, ou à esquerda, com o PCP, correspondendo à vontade popular que se torna dia a dia mais firme e imperativa.

Se o PS apresentasse um governo à Assembleia, sem ter previamente o apoio de outros partidos é evidente que sabia de antemão que os outros, embora por razões diferentes, votariam contra ele. Isto nada tem a ver com alianças do PCP com CDS e PPD. O que o PCP precisamente coloca ao PS é a necessidade duma aliança contra a reacção, contra a política reaccionária do CDS e do PPD.

A verdade é que, enquanto o PCP continua desmascarando a política reaccionária do CDS e PPD, os dirigentes do PS atacam o PCP que acusam de antidemocrático e passam o atestado de «democráticos» aos partidos reaccionários.

O propósito do PS de governar sozinho só pode aproveitar à reacção. E a insistência e as propostas do PCP para a transformação da maioria numérica

existente na Assembleia numa efectiva maioria política que pode dar uma base sólida a um governo de esquerda, indicam a solução possível e eficiente de luta contra a reacção, de realização duma política verdadeiramente democrática.

Como segundo argumento **prevêem alguns que o PCP apoiará um governo PS para evitar uma crise grave.**

Mas na verdade quem criaria uma crise grave? Seria um partido que, não tendo a maioria, pretende governar sozinho, ou um partido que defende a constituição duma maioria de esquerda e está pronto a discutir e a assentar uma plataforma que a torne possível? Seria um partido que quer sobrepor-se ao voto popular, ou um partido que defende uma maioria de esquerda que corresponde ao voto popular, maioria completamente possível, pois existe já numericamente na Assembleia da República?

Sem alianças e apoios de outros partidos, só o propósito de provocar uma crise levaria o PS a apresentar à Assembleia um governo condenado a ser rejeitado por não ter a maioria. Se o fizesse, o único responsável pela rejeição do governo seria o próprio PS vítima da ambição de querer governar sozinho sem ter a maioria.

O PS tomaria sobre si inteira responsabilidade se recusasse entender o voto do país, se, insistindo em governar sozinho, criasse uma grave crise política que, mostrando aparentemente a inviabilidade das instituições democráticas, abria caminho a novo e perigoso avanço da reacção sob pretexto da impossibilidade dum regime de partidos e da necessidade de um governo de força.

O povo julgaria severamente um partido que, tendo um terço da votação, viesse afirmar: «ou governamos sozinhos ou não haverá governo». A obrigação do PS é respeitar a vontade expressa nas eleições no inequívoco sentido duma maioria de esquerda. Para desfazer quaisquer ilusões, o PCP torna claro uma vez mais que não apoiará uma tentativa do PS para governar sozinho e desde já remete os dirigentes do PS para a responsabilidade histórica que assumirão caso insistam em tal propósito.

O que o povo espera, e milhares de socialistas esperam do PS não é a cumplicidade, ou os arranjos, ou as alianças com os partidos reaccionários vencidos nas eleições, mas que combata a reacção, que combata os perigos do fascismo, que contribua para a unidade de socialistas e comunistas e de todos os outros antifascistas para a defesa do novo regime consagrado na Constituição e para o prosseguimento do processo democrático.

3

O PCP PROPÕE PLATAFORMA COMUM

Hoje como sempre, o PCP está pronto a dialogar, a discutir, a estabelecer acordos comumente aceitáveis.

Já depois das eleições o Secretariado do CC do PCP propôs ao Secretariado Nacional do PS um encontro dos dois partidos ao mais alto nível para se examinarem em comum todas as questões decorrentes dos resultados

das eleições incluindo a questão da maioria PS-PCP na Assembleia da República e a constituição do futuro governo. O PS rejeitou esta proposta e a nosso ver é lástima que o tenha feito.

Posta em vigor a Constituição, normalizada institucionalmente a vida democrática, as eleições introduziram na situação política um elemento novo da mais alta importância: a existência de uma maioria PS-PCP na Assembleia da República.

Um entendimento entre os dois partidos seria suficiente para garantir ao nível dos órgãos do Poder civil, uma política democrática e uma estabilidade durante os próximos quatro anos.

Que ninguém se iluda pensando que a derrota da reacção nas eleições significará que a reacção aceitará a derrota. Não. A reacção voltará à carga, volta à carga e não recuará ante métodos e processos.

Assim o PPD, apesar de derrotado nas eleições, procurou logo depois das eleições provocar uma crise no Governo Provisório. É certo que a farronca foi decrescendo à medida que a operação falhava. Começou por exigir a saída dos comunistas. Ameaçou depois abandonar o Governo. Colocou a seguir as pastas à disposição do Primeiro-Ministro. E acabou afinal por ficar lá, depois de todo o barulho que fizera, por ficar lá para não sair.

Mas isto é apenas uma pequena tentativa entre muitas que os partidos e as forças reacçãoárias farão para impedir a consolidação da democracia.

Os mais recentes atentados terroristas mostram que a reacção não olha nem olhará a meios nem a armas.

Ante os perigos da reacção que subsistem, nenhum antifascista, nenhum democrata poderia compreender que, em vez de um entendimento entre os dois partidos que tem uma maioria de esquerda (PS e PCP) que pode dar finalmente solução ao conturbado processo da Revolução portuguesa, se entrasse num impasse para a formação do governo e numa nova crise, de que a reacção, agora batida, aproveitaria largamente pondo de novo em perigo o regime democrático.

O PCP continua naturalmente a ter uma opinião muito crítica em relação a numerosos aspectos da orientação e da actividade do PS. Mas, se queremos impedir um novo e perigoso avanço da reacção, se queremos defender e consolidar a democracia, um entendimento entre o PS e o PCP é indispensável. Na situação actual não há outro caminho, e isto é compreendido por sectores cada vez mais amplos da população.

O verbalismo esquerdista, as posições contestatárias de pequenos e insignificantes grupos sem apoio popular, as iniciativas divisionistas pseudo-revolucionárias só facilitam o trabalho à reacção.

Ao propôr um entendimento e um acordo para a formação duma verdadeira maioria de esquerda e de um governo de esquerda, o PCP parte de alguns grandes objectivos essenciais, constantes na Constituição, designadamente cinco pontos:

1.º A defesa e garantia da liberdade e da democracia;

2.º Uma política económica e social que corresponda aos interesses dos trabalhadores e tenha em vista o

melhoramento das suas condições de vida;

3.º A consolidação, prosseguimento e realização da Reforma Agrária;

4.º A consolidação das nacionalizações, do controlo operário e da gestão dos trabalhadores, sem prejuízo dum amplo sector de iniciativa privada;

5.º Uma política de independência nacional e de relações de amizade e cooperação com todos os povos.

Dentro destes objectivos, que ninguém aliás contesta, estamos prontos a discutir as soluções concretas para os problemas políticos, económicos e sociais que Portugal defronta no momento presente e a elaboração duma plataforma política e de acção governativa para os próximos quatro anos, até às novas eleições legislativas.

O resultado das eleições permite, ao nível das instituições e dos órgãos do Poder, reforçar rapidamente os factores de estabilidade política, social, económica e mesmo militar, diminuindo assim os perigos de contra-revolução e consolidando o regime democrático, objectivo primordial na hora presente.

Há problemas de extrema urgência a resolver e que só um governo de esquerda poderá resolvê-los. Há que pôr rápido fim ao terrorismo e assegurar a ordem democrática, a segurança e a tranquilidade dos cidadãos. Há que resolver problemas em suspenso na contratação colectiva, o desemprego, condições de vida e de trabalho. Há que vencer a depressão em sectores em crise. Há que atacar decididamente a degradação da situação financeira. Há que melhorar rapidamente as relações com Angola e Moçambique e estabelecer bases sólidas de cooperação, e pôr fim a um agravamento das relações de Portugal com esses países que é altamente prejudicial ao processo democrático e aos interesses nacionais portugueses.

Com a classe operária e as massas populares, o PCP luta e lutará firmemente contra as tentativas de recuperação capitalista, de recuperação agrária, de recuperação imperialista. Luta e lutará firmemente contra quaisquer tentativas de regresso ao poder económico e político dos monopólios, que seria necessariamente acompanhado pela liquidação da nossa jovem democracia e pela instauração duma nova ditadura. Luta e lutará firmemente pelo prosseguimento da vida e do curso democrático rumo ao socialismo.

Mas consciente das suas responsabilidades na vida política nacional, consciente do papel que representa pelo mandato e pela confiança da classe operária e de amplas massas populares, sublinha ser indispensável a elaboração duma plataforma que permita a transformação da maioria PS-PCP que existe na Assembleia da República, uma real maioria política que dê a um órgão do Poder a base de apoio a um governo de esquerda, com uma política de esquerda.

Os dirigentes do PS sempre se afirmaram da esquerda. Têm agora ocasião, histórica e única, de demonstrá-lo.

4 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

As eleições presidenciais intervêm no processo democrático como um novo factor que pode e deve ser de consolidação das novas instituições e das aspirações de liberdade e progresso social claramente expressas pelo povo português nas eleições para Assembleia da República.

Se o CDS e o PPD tivessem alcançado a maioria nas eleições para a Assembleia, jogariam essa maioria reacçãoária para exigirem imediatamente um Presidente seu, um Presidente conforme com essa maioria.

Mesmo agora, apesar de vencidos e derrotados nas eleições, os partidos reacçãoários, vendo nas eleições presidenciais a possibilidade de desforra da derrota que sofreram nas eleições legislativas, procuram voltar as eleições presidenciais contra a maioria de esquerda pela qual o povo acaba de votar.

Se a reacção pudesse, recuperaria em Belém o que perdeu em S. Bento.

É necessária uma extrema vigilância contra o jogo que as forças da direita têm vindo a fazer desde o 25 de Abril, elogiando e apoiando B para derrubar A, elogiando e apoiando C para derrubar B, elogiando e apoiando D para derrubar C e assim sucessivamente, prometendo apoio eterno para logo abandonarem e traírem, a fim de irem conduzindo à derrota, uns atrás de outros, homens válidos para o processo democrático.

O jogo é conhecido e impõe-se que todos estejam prevenidos e precavidos.

Certas declarações que os partidos reacçãoários têm feito a respeito de chefes militares, candidatos eventuais, são de tal forma inoportunas que se fica sem saber se pretendem ligar a si candidatos que supõem que outros vão propôr, ou se pretendem, através duma golpada que dê aos candidatos uma conotação partidária com a reacção, comprometer tais candidatos e abrir caminho a outros.

Não têm o mínimo fundamento certos boatos postos a correr nos últimos dias segundo os quais o PCP contrariaria tal ou tal candidatura militar e estaria diligenciando para tal ou tal outra. Tudo quanto se diga a este respeito é completamente falso.

O PCP tem sido a este respeito particularmente cuidadoso, dado que a designação de candidatos envolve também as Forças Armadas e o regime democrático está interessado em evitar conflitos, divisões e elementos de desestabilização militar.

Defendendo ser desejável que o Presidente da República seja um militar, dadas as funções e poderes que lhes atribui a Constituição (designadamente presidir ao Conselho da Revolução e exercer o cargo de comandante supremo das Forças Armadas) o PCP tem também defendido que, na escolha de um candidato militar, os próprios militares têm uma palavra a dizer. Mas o PCP não apoiará cegamente, de maneira seguidista e oportunista, um candidato militar apenas por ser militar ou proposto por outros militares. O PCP formará a sua própria opinião e decidirá em conformidade.

O apoio do PCP a um candidato militar está pois dependente de quem seja o candidato e das garantias que dê de defender intransigentemente a democracia portuguesa e a Constituição em vigor.

Tem-se perguntado por que razão o PCP, tal como fazem outros partidos, não adianta ele próprio o nome ou nomes de militares cuja candidatura à Presidência apoiaria. A razão é simples.

Um candidato militar, para responder às exigências da situação presente, não deve ser o candidato de tal ou tais partidos, mas um candidato que possa ser apoiado por todos os antifascistas, por todos os democratas, um candidato portador do espírito do 25 de Abril, que venha a ser um Presidente respeitador e garante da Constituição, respeitador da vontade do povo e capaz de nessa base defender e assegurar a unidade das Forças Armadas.

Tem-se também perguntado se o PCP apoiaria ou não a candidatura de tal ou tal militar apresentado por grupos esquerdistas.

Podemos desde já informar que não apoiamos nem apoiaremos qualquer candidatura militar desse tipo.

O que tais grupos pretendem não é uma solução para a Presidência vantajosa para o processo democrático, mas aparecerem de novo na cena política com a retumbância duma campanha depois do pobre resultado dos seus candidatos nas eleições para a Assembleia da República.

Candidaturas desse tipo apenas serviriam para a divisão das forças de esquerda civis e militares, para a reanimação dos conflitos nocivos à Revolução no seio das Forças Armadas, para a desorientação e a confusão de que apenas aproveitaria à direita reaccionária.

As eleições para a Presidência da República não devem dar lugar a uma luta sectária, confusionista e desestabilizadora, mas a um esforço, numa base unitária, para uma solução que, tendo em conta ao mesmo tempo o movimento popular e a componente militar da revolução, dê garantias de defesa e de estabilidade do processo democrático.

Desejamos sinceramente que as novas instituições e o movimento de unificação das forças democráticas

antifascistas, progressistas, nacionais, seja facilitado e reforçado e não posto em causa pelas eleições para a Presidência da República e pela eleição do futuro Presidente.

5 PELA UNIDADE NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

As eleições para a Assembleia da República reforçaram extraordinariamente os sentimentos unitários no campo democrático e progressista.

A tomada de consciência do perigo da reacção e do fascismo suscitam a aproximação e a vontade de entendimento e de cooperação entre os mais variados sectores políticos, designadamente pela influência de massas dos partidos respectivos entre comunistas e socialistas.

Poderá o secretário geral do CDS e outros políticos imaginar esquemas de unidade entre CDS-PPD-PS.

A vontade popular não deixa lugar a dúvidas de que entre os trabalhadores, nas massas populares, a opinião democrática e socialista é frontalmente contrária a uma aliança do PS com o CDS e o PPD e se pronuncia de maneira cada vez mais vigorosa pela unidade dos comunistas e socialistas, pela unidade de todos os que querem defender e assegurar o prosseguimento do processo democrático.

Nas poderosas manifestações e festejos do 1.º de Maio realizados sob o signo da unidade muitas centenas de milhar de trabalhadores comunistas, socialistas e de outras tendências caminharam ombro com ombro, unidos no mesmo propósito de defender as liberdades e os interesses dos trabalhadores, de assegurar na acção comum uma política comum.

A classe operária e as massas populares unindo-se na acção de cada dia, unindo-se na defesa dos seus interesses vitais, unindo-se na luta contra a reacção e em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, unindo-se na defesa das nacionalizações, da reforma agrária, do

controlo operário, da gestão dos trabalhadores, unindo-se na defesa da unidade e da organização sindical e das outras formas de organização operária, popular e democrática, indicam aos partidos e forças políticas o caminho necessário e indispensável ao nível dos órgãos do Poder: o caminho da constituição efectiva de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e da formação de um governo de esquerda, com socialistas, comunistas, independentes e militares.

Não é apenas pela composição política da Assembleia da República que é impossível um governo democrático, um governo de esquerda, sem o PCP.

É também porque não pode haver um governo democrático, um governo de esquerda, uma política de esquerda, sem ter em conta a vontade do povo, sem o apoio da classe operária e das massas trabalhadoras, e esse apoio não poderá ser alcançado sem o PCP e muito menos contra o PCP.

A todos os trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, aos intelectuais, aos quadros técnicos, a todos os democratas, a todos os homens, mulheres e jovens progressistas, fazemos um veemente apelo para a aproximação, o entendimento e a unidade, a fim de fazer face à reacção e de assegurar o prosseguimento do processo democrático de acordo com a vontade expressa nas últimas eleições.

O povo votou contra a reacção. O povo votou na liberdade e na democracia. O povo votou na Reforma Agrária, nas nacionalizações e no controlo operário. O povo votou na perspectiva socialista.

Existem condições reais para assegurar a Portugal um futuro de liberdade, de paz, de prosperidade, de independência, ansiado pelo povo português.

As forças da democracia, do progresso social e do socialismo, se unidas, são invencíveis.

Viva a unidade da classe operária, de todos os trabalhadores, das forças democráticas e progressistas!

Viva uma maioria de esquerda e um governo de esquerda!

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!

Viva o Partido Comunista Português!



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ABM